

de acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10.2 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho.

11 — Formalização das candidaturas:

11.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director-Geral de Política de Defesa Nacional, podendo ser entregues pessoalmente na respectiva Secção de Pessoal, sita na Avenida Ilha da Madeira, 14, 7.º Piso, em Lisboa, durante as horas normais de expediente, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, em carta registada com aviso de recepção, atendendo-se, neste último caso, à data do registo da correspondência.

11.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, data de nascimento, filiação, nacionalidade, naturalidade, estado civil, número, data, validade e serviço emissor do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações literárias;

c) Situação profissional, com indicação da categoria, do serviço a que pertence e da natureza do vínculo;

d) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

e) Concurso a que se candidata, com referência ao número e à data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;

f) Relação dos documentos anexos ao requerimento;

g) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar relevantes para apreciação do mérito da sua candidatura, os quais só poderão ser tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

11.3 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que o candidato exerce e as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de permanência, actividades relevantes, participação em grupos de trabalho, assim como a formação profissional detida.

b) Certificado comprovativo das habilitações literárias;

c) Documentos comprovativos das acções de formação profissional frequentadas;

d) Declaração actualizada, emitida pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca: a categoria, a carreira e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço /avaliações de desempenho obtidas no período relevante para acesso, incluindo a sua expressão quantitativa.

11.4 — Os candidatos funcionários do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional estão dispensados da entrega da declaração a que se refere na alínea d) do n.º 11.3 deste aviso. Ficam ainda dispensados da apresentação dos documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual.

12 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

13 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 — A relação dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e afixadas nas instalações da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional.

15 — O júri do presente concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Mestre Paula de Guadalupe Picareta Monge Tomé, técnica superior de 1.ª classe;

Vogais efectivos:

Tenente Estela Maria Seródio Pereira, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos;

Maria de Lourdes Borges de Carvalho Oliveira, assistente administrativa especialista;

Vogais suplentes:

Fátima Maria da Costa Fernandes dos Santos, assistente administrativa especialista;

Fernanda Maria Gonçalves Nunes, assistente administrativa especialista.

7 de Novembro de 2008. — O Director-Geral, *Paulo Vizeu Pinheiro*.

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Sargentos e Praças

Despacho n.º 30560/2008

Por despacho de 13 de Novembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo por antiguidade ao posto de sargento-ajudante da classe de artilheiros, nos termos da alínea c) do artigo 262.º, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), o 127078, primeiro-sargento A Pedro José Albano Soares Botas (quadro), a contar de 30 de Setembro de 2008, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Preenchendo a vaga existente no quadro, resultante da passagem à situação de reserva do 49176, sargento-ajudante A António do Nascimento Pesqueira.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 133178, sargento-ajudante A António José Moura.

13 de Novembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 30561/2008

Por despacho de 13 de Novembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo ao posto de segundo-marinheiro em regime de contrato da classe de comunicações, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 30 de Maio de 2008, o 9315706, primeiro-grumete C RC Cátia Alexandra Gonçalves Simão.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9323706, segundo-marinheiro C RC Diogo César Trindade Mateus.

13 de Novembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 30562/2008

Por despacho de 17 de Novembro de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, ingresso na categoria de praças, em regime de contrato, no posto de primeiro-grumete da classe de comunicações, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 296.º, e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), a contar de 2 de Maio de 2008, o 9322107, segundo-grumete SCA RC José Miguel de Oliveira e Sousa.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9321107, primeiro-grumete C RC Tiago André Lopes Viegas e à direita do 9322207 IGR C RC Nuno Miguel Pires da Silva.

17 de Novembro de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz*, capitão-de-mar-e-guerra.

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea

Despacho n.º 30563/2008

Subdelegação de competências

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelos n.ºs 1 e 2 do despacho do CPESFA n.º 27 658/2008 (*Diário da República*, 2.ª série), de 29 de Outubro, subdelego nas entidades a seguir designadas, competência para autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas, com a locação e aquisição de bens e serviços até aos montantes indicados:

a) No comandante do grupo de apoio, TCOR/TMMT 036614-F, João Manuel Batista Cabral — € 25 000;

b) No comandante da Esquadra de Administração e Intendência, MAJ/ADMAER 092849-G, Nuno Alexandre Cruz dos Santos — € 12 500;
c) No comandante da Esquadilha de Administração Financeira, TEN/ADMAER 134652-A, Paulo Manuel Vilas Boas Morais — € 5000.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 10 de Outubro de 2008, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelas entidades referidas nos números anteriores, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

13 de Novembro de 2008. — O Comandante, *José Alberto Figueiro da Mata*, COR/PILAV.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 28278/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2008, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a MD. Zahedul Haque, natural de Chandpur, República Popular de Bangladesh, de nacionalidade bengali, nascido a 08/10/1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

19 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 28279/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rosane Dias dos Santos, natural de Itamarí, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida a 12/07/1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

19 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 28280/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria do Rosário Paiva Pereira, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 07/10/1973, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

19 de Novembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 30564/2008

Nomeação

Considerando a publicação no *Diário da República*, 2.ª Série n.º 51, de 12 de Março de 2008, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE200803/0141 e no Jornal Correio da Manhã de 14 de Março de 2008, a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de Chefe de Divisão de Coordenação, Gestão e Administração de Recursos Humanos, unidade orgânica flexível da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, cuja área de actuação está prevista no ponto 1.2.1 do Despacho n.º 11650/2007, de 22 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 113, de 14

de Junho, e alíneas a) a z) do artigo 2.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e Lei Orgânica prevista no Dec. RegulamentaFr n.º 50/2007, de 27 de Abril;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri “elabora a proposta de nomeação, com a indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos”;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a da licenciada Maria José da Conceição Carvalho Folque de Gouveia, cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados, sendo aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que revela variedade e profundidade de experiência profissional ao nível do cargo a prover;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, “os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo”;

Considerando por último que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada;

Nomeio, com efeitos a 01 de Dezembro de 2008, em comissão de serviço, para o cargo de Chefe de Divisão de Coordenação, Gestão e Administração de Recursos Humanos, da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, a licenciada Maria José da Conceição Carvalho Folque de Gouveia, técnica superior principal, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

17 de Novembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

Nome: Maria José da Conceição Carvalho Folque de Gouveia

Data de nascimento: 8 de Agosto de 1962

Naturalidade: Colares, Sintra

Resumo Profissional

Desde Setembro 2008 — Chefe de Divisão de Aquisição e Alienação do Património Imobiliário do Departamento do Património Imobiliário da Câmara Municipal de Lisboa.

De Setembro 2007 a Setembro 2008 — Assessora no Gabinete de Apoio Pessoal do Vereador com os pelouros dos Recursos Humanos, Finanças, Património e Serviços Centrais.

De Janeiro 2006 a Agosto 2007 — Assessora do Director Municipal de Recursos Humanos da CML.

De Dezembro 2002 a Janeiro 2006 — Coordenadora do Gabinete do Director Municipal de Recursos Humanos da CML. Parte do grupo de trabalho que estudou e criou os Serviços Sociais da CML.

De 1989 a 2002 — Técnica superior jurista na Divisão de Cadastro e Administração do Departamento de Património da direcção Municipal de Finanças e Património da CML. Categoria actual: Técnica Superior (Jurista) Principal na Câmara Municipal de Lisboa.

Qualificações académicas

Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Março 2004.

Licenciatura em Direito, ramo Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Formação profissional mais relevante

Gestão dos Serviços Sociais, 150 horas, pelo INA, 2003

Contencioso Administrativo, 30 horas, pelo INA, 2004

SIADAP — Operacionalização do SIADAP (para avaliadores), 21 horas, pelo INA, 2008

Despacho n.º 30565/2008

Nomeação

Considerando a publicação no *Diário da República*, 2.ª Série n.º 51, de 12 de Março de 2008, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE200803/0135 e no Jornal Correio da Manhã de 14 de